

A REPRESENTATIVIDADE DO SUJEITO NO LIVRO: “SE ME DEIXAM FALAR...”: TESTEMUNHO DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA, UMA MULHER DA BOLÍVIA – 25 ANOS DEPOIS

DOI: 10.47677/gluks.v24i1.438

Recebido: 15/02/2024

Aprovado: 02/05/2024

RIO VERDE, Dilma Maria Campelo¹
ARÃO, Lilian Aparecida²

RESUMO: Neste artigo, analisamos como se dá a representatividade de Domitila de Barrios, no testemunho hispano-americano “*Se me deixam falar...*”: *testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois*, escrito por Moema Viezzer, a partir do testemunho oral de Domitila. Com base nas concepções da configuração do *espaço autobiográfico*, de Philippe Lejeune e de *espaço biográfico* contemporâneo, de Leonor Arfuch, procuramos analisar duas situações: (i) a maneira como a biógrafa constrói a imagem de Domitila, (ii) como Domitila constrói sua representatividade, na condição de mulher e como representante de seu povo na Bolívia. Paralelamente, (iii) procuramos identificar elementos argumentativos que possam corroborar a proposição de que a Literatura de Testemunho apresenta como estatuto uma política identitária, exemplarizante, por isso pode ser considerado um veículo de capital importância na denúncia de arbitrariedades dos sistemas coercitivos na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, as quais causaram muito sofrimento à classe trabalhadora. A análise permitiu mostrar que é a partir da edição revisada e ampliada que a biógrafa constrói uma imagem de Domitila a qual legitima seu testemunho, e que Domitila efetivamente constrói sua representatividade, uma trajetória digna de ser reconhecida como exemplo a ser seguido.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade do sujeito, análise do discurso, literatura de testemunho, campo biográfico contemporâneo

¹ Professora do Instituto Federal do Norte de Minas. Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Mestra em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: dilmarioverde@gmail.com

² Professora do Departamento de Linguagem e Tecnologia do CEFET-MG e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Doutora em Estudos de Linguagens pela UFMG. Mestra em Língua Portuguesa pela PUC Minas. Graduada em Letras PUC-Minas. E-mail: lilianarao19@gmail.com

Introdução

Uma reflexão sobre a história cultural ou literária da América Latina em momentos de redefinição do espaço que ela ocupa na lógica da globalização, como propõe Morãna (2004), exige-nos a compreensão sobre o lugar do sujeito e do sentido político que essas histórias projetam. Desde as últimas décadas do século XX que assistimos a mudanças significativas na forma de se conceber a prática historiográfica, as quais têm permitido repensar a cultura como um todo integrado por diferentes manifestações e representações. Passam, portanto, a figurar, nesse contexto, estudos de formas ou artefatos culturais e tipos de textos literários desafiadores aos modelos vigentes, como a literatura de teor testemunhal, até então pouco estudada, o grafite e a cultura popular, paralelos aos estudos das formas canônicas.

Diante disso, acirram-se os estudos e os questionamentos sobre os valores estético e sociopolítico dessas manifestações cultural e literária, entre poética e história e de vinculações entre a chamada literatura “cultura” e as múltiplas manifestações que revelam impactantes processos de hibridação formal, temática e compositiva. Entre as diversas teorias no campo da crítica voltada para a América Latina, nota-se a existência de duas acepções que têm em comum a afirmação do vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea. Uma delas se baseia nos estudos de textos em forma de discursos tanto literários quanto jornalísticos e documentários, os quais registram e interpretam a violência das ditaduras na América Latina, durante o século XX. A outra emerge no final dos anos de 1970 e início dos de 1980, e se volta para a literatura hispano-americana, a partir principalmente de obras de teor testemunhal.

Respeitando a diversidade histórica em que engendram os discursos, há em comum nessas obras a denúncia contra os sistemas coercitivos, o desrespeito aos direitos humanos e as práticas de exploração da mão de obra pelos representantes do poder político-social instituído. Nessa acepção, emerge um discurso com fortes traços políticos que dão “vozes” aos subalternos, aos grupos marginalizados, para viabilizar um contraponto com a História Oficial. Podemos até mesmo sugerir que, assim como o movimento antropofágico da primeira metade do século XX marca um novo traçado sobre a identidade do Brasil, os diversos testemunhos de vozes historicamente silenciadas marcam também um novo traçado sobre a identidade da América Latina, como forma de contraposição aos discursos mobilizantes do sistema instituído.

Neste artigo, elegemos abordar a segunda acepção, que tem colocado em evidência algumas teorias que abrangem a configuração do *espaço autobiográfico*, um termo usado inicialmente por Philippe Lejeune, na década de 1980, em seus estudos sobre a constituição da

biografia, da autobiografia e a proposição de um *pacto biográfico*, por meio do qual traçou algumas diferenças entre esses gêneros.

Recentemente, a pesquisadora argentina Leonor Arfuch tem nos oportunizado um novo olhar sobre o que ela passa a denominar de *espaço biográfico* e suas configurações, a partir da expansão da produção de obras de teor biográfico tanto as consideradas canônicas quanto as que têm surgido com novos formatos, a partir principalmente do advento das novas tecnologias digitais. Como expõe Arfuch (2010, p.16), suas pesquisas nesse campo visam a “uma leitura transversal, simbólica, cultural e política das narrativas do eu e de seus inúmeros desdobramentos na cena contemporânea.” Assim, para alcançar seus objetivos, a autora traça um caminho diferente de Lejeune, pois, em vez de se preocupar com os aspectos estruturais dos gêneros textuais de teor biográfico, propõe uma nova abordagem, que nos interessa aplicar nas análises do *corpus* escolhido. A autora privilegia

[...] a trama da intertextualidade, em vez dos exemplos ilustres ou emblemáticos de biógrafos ou autobiógrafos; a recorrência antes da singularidade; a heterogeneidade e a hibridização em vez da "pureza" genérica; o deslocamento e a migrância em vez das fronteiras estritas; em última instância, a consideração de um *espaço biográfico* como horizonte de inteligibilidade e não mera somatória de gêneros já conformados em outro lugar. (ARFUCH, 2010, p.16).

Várias questões que estão sendo debatidas evidenciam o uso dos gêneros de teor biográfico num conjunto cada vez mais amplo de ocorrências em busca de respostas a questionamentos, como: Quais os pontos de convergência entre Historiografia e Literatura de Testemunho? Há diferenças entre as narrativas em primeira pessoa e as constitutivas de uma subjetividade coletiva? A Literatura de Testemunho apresenta um estatuto que a caracteriza como tal, diferenciando-a da Literatura Autobiográfica, que já apresenta um estatuto mais definido? Qual a representatividade do(s) sujeito(s) enunciativo(s) na obra de testemunho? Esta representatividade seria capaz de apontar um estatuto próprio do Testemunho que o diferenciaria da Literatura Autobiográfica? Que traços diferenciam a entrevista de outras formas biográficas, e que posições dialógicas de enunciação ela constrói? Como se narra a vida, a partir do tecer de várias vozes? Como se constroem as relações entre o público e o privado?

Diante dessas possibilidades de abordagens, neste artigo, apresentamos como principal objetivo verificar como se explicita a representatividade do(s) sujeito(s) enunciativo(s) em um tipo de gênero textual que tem sido denominado Literatura de Testemunho. Utilizaremos como *corpus* o testemunho latino americano “*Se me deixam falar...*”: *testemunho de Domitila Gláuks*: Revista de Letras e Artes-jan./abr., 2024-ISSN: 2318-7131-Vol.24, nº 1

Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia, publicado inicialmente em espanhol, mas ganhou projeção internacional e foi traduzido para 15 idiomas. Domitila foi esposa de um trabalhador de mina de estanho do Siglo XX, na localidade de Llallagua, no departamento de Potosí, na Bolívia. Seu testemunho foi mediado pela socióloga e educadora brasileira Moema Viezzer. As gravações foram feitas em espanhol e depois o testemunho foi escrito e publicado em forma de livro, também em espanhol, em 1978. Para nossa análise, mencionaremos a primeira edição, na versão de 1983, mas usaremos, com mais ênfase, a edição revisada e ampliada de 2003, em português.

Nessa perspectiva, pretendemos: (i) verificar a maneira como a biógrafa Viezzer constrói o testemunho e a imagem de Domitila na escrita comparando a organização da primeira edição (1978) e a da edição revisada e ampliada (2003), (ii) como Domitila constrói sua representatividade como mulher e como representante de seu povo na Bolívia em contraposição a outros discursos sociopolíticos instituídos. Paralelamente, (iii) identificar elementos argumentativos que possam corroborar a proposição de alguns teóricos de que a Literatura de Testemunho é um gênero que apresenta como estatuto uma política identitária, um caráter exemplarizante e teve capital importância na denúncia de arbitrariedades dos sistemas coercitivos na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, as quais causaram muito sofrimento à classe trabalhadora e a suas famílias. Como afirma Viezzer (2003, p.12),

as experiências vividas pela gente do povo têm uma documentação escrita bastante escassa. Neste sentido, este relato pode preencher um vazio e se constituir num instrumento de reflexão e orientação, útil às outras mulheres e homens que se entregam à causa do povo da Bolívia e em outros países, particularmente os da América Latina.

Para atender aos objetivos propostos, estruturamos a análise obedecendo a duas seções. Na primeira, apresentamos uma contextualização das proposições teóricas sobre os gêneros de teor biográfico, mostrando algumas categorias presentes e comuns a eles, nas teorias de Lejeune (2008) e de Arfuch (2010, 2013), algumas categorias presentes e comuns à literatura de testemunho, concebida como um gênero textual, segundo a configuração do *espaço biográfico* proposta por Leonor Arfuch.

Na segunda, faremos a análise do *corpus* proposto. Na organização da escrita da biógrafa, analisaremos a forma como ela dispôs as partes do livro, comparando, conforme exposto, duas versões, a primeira e a edição revisada e ampliada. No testemunho de Domitila,

analisaremos o caráter performativo dos atos ilocucionários, defendidos por Austin (1976): o *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo*, bem como alguns aspectos estilísticos e marca-traços linguísticos em seu testemunho, que possam elucidar a proposição da construção de um espelhamento, de uma política identitária, exemplarizante. E, por último, as considerações finais.

Algumas categorias presentes e comuns a gêneros de teor biográfico

É bastante difundida a ideia de os que gêneros textuais de teor biográfico não foram muito valorizados até o século XIX. Na Espanha, por exemplo, chegou a ser considerado um gênero menor, como afirma o biógrafo espanhol Alberca (2021). Contudo, as décadas de 1970 e 1980 marcam um momento importante na valorização desses perfis de textos, tendo em vista que as teorias estruturalistas foram perdendo espaço e houve uma forte retomada do sujeito como elemento central nas ciências sociais e nas ciências humanas.

Há formas diversas de teor biográfico em evidência tanto canônicas quanto inovadoras ou novas que têm despertado não só o interesse de um público leitor maior, mas também vêm se tornando importantes objetos de pesquisas. Como afirma Arfuch (2010, p.60), “há um indubitável retorno do autor”, há grande interesse do leitor em conhecer detalhes da vida de personalidades e os “bastidores” de sua criação. As pesquisas, por sua vez, têm procurado estabelecer as características formais dos gêneros para demarcar territórios, diferenciá-los, e também para ressignificar sua nova inscrição na pós-modernidade. A autora acredita que esse fenômeno está diretamente relacionado à subjetividade contemporânea, conforme expõe na citação a seguir.

[...] a notável expansão do biográfico e seu deslizamento crescente para os âmbitos da intimidade fazem pensar num fenômeno que excede a simples proliferação de formas dissimilares, os usos funcionais ou a busca de estratégias de mercado, para expressar uma tonalidade particular da subjetividade contemporânea. (ARFUCH, 2010, p.16).

As teorias de Philippe Lejeune sobre o *pacto autobiográfico* e o *espaço autobiográfico* representam um marco na perspectiva de traçar algumas características diferenciadoras entre a autobiografia, a biografia e o romance. Mesmo que sua abordagem se centre na caracterização da autobiografia, podemos compreender que o traço distintivo entre autobiografia e biografia também se estabelece em sua teoria.

Nessa perspectiva, para Lejeune (2008, p.14), a autobiografia é “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade.”. O autor propõe quatro categorias legitimadoras do gênero: a) forma da linguagem: narrativa em prosa; b) assunto tratado: vida individual, história de uma personalidade; c) situação do autor: identidade do autor (a qual remete a uma pessoa real) e do narrador; d) posição do narrador: identidade do narrador e da personagem principal e perspectiva retrospectiva da narrativa.

Quanto ao uso dos pronomes *eu*, *tu* e *ele* — constitutivo dos gêneros denominados de (auto)biográficos, autoficção e testemunho —, na autobiografia clássica, segundo Lejeune (2008), é a primeira pessoa (narração autodiegética) que indica a identidade entre personagem principal e narrador. Contudo, embora sejam casos mais raros, o autor reconhece que pode haver narração em primeira pessoa, sem que o narrador coincida com a personagem principal e em sentido inverso, ressalta o autor, pode haver identidade do narrador e da personagem principal, sem que a primeira pessoa seja empregada. Por essa razão, Lejeune (2008, p. 16) defende que “é preciso distinguir dois critérios diferentes: o critério da pessoa gramatical e o da identidade dos indivíduos aos quais remetem os aspectos da pessoa gramatical.”. Essa posição nos leva a entender que as determinações sociais a que o sujeito está exposto podem revelar a representação do biografado, mesmo que o linguístico não o faça diretamente.

Para Lejeune (2008, p.15), a autobiografia pressupõe “que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem.”. Outro aspecto também defendido por Lejeune (2008, p. 23) é o fato de que o uso do nome próprio na autobiografia gera um contrato de *pacto biográfico*, visto que, na escrita, toda enunciação é assumida por alguém que coloca seu nome na capa do livro, e isso atesta a presença do autor: “única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito.”. Dessa maneira, pode-se afirmar que essa identificação, por si só, reconhece o biografado como uma pessoa real e responsável socialmente, o que legitima também o seu discurso.

A biografia apresenta um estatuto díspar da autobiografia, visto que a identidade é construída a partir de um narrador diferente da personagem principal. Todavia, assim como a autobiografia, pode apresentar o emprego de qualquer uma das três pessoas gramaticais: *eu*, *tu* ou *ele*. Consoante Lejeune (2008, p.18), a biografia em primeira pessoa (que pressupõe a narrativa de uma testemunha) tem um caráter homodiegética. Em segunda pessoa, é a biografia endereçada ao modelo, configurada pelo discurso acadêmico, “em que se dirige à pessoa da

qual se conta a vida, diante de um auditório que é o verdadeiro destinatário.”. E, em terceira pessoa, é considerada a biografia clássica, heterodiegética.

Nessa mesma teoria, Lejeune (2008) estende as discussões sobre diferenças entre a autobiografia e o romance, contudo, como não se trata de um objeto de interesse nesse artigo, somente queremos mencionar que o termo *espaço autobiográfico*, cunhado por Lejeune, se torna conhecido por meio do comparativo que fez entre esses dois gêneros. Procurando definir qual dos dois seria mais verdadeiro, o autor chega à conclusão de que essa definição não seria o melhor caminho. O ideal seria pensar “um em relação ao outro”, pois

[...] o que é revelador é o espaço no qual se inscrevem as duas categorias de textos, que não pode ser reduzido a nenhuma delas. Esse efeito de relevo obtido por esse processo é a criação, para o leitor, de um ‘espaço autobiográfico’. (LEJEUNE, 2008, p.43).

Tomando como base o conceito fundador de Lejeune sobre *espaço autobiográfico* e estudos correlatos de outros autores, Arfuch (2010, p.79) instaura sua visão sobre “o espaço biográfico contemporâneo”. De forma sucinta, destacamos alguns pontos que nos interessam sobre o que pensa a autora em relação ao conteúdo dos relatos e as estratégias narrativas, a função social dos gêneros de teor biográfico e a constituição do sujeito.

As narrativas de teor biográfico são atribuídas a pessoas de existência real e, mesmo que tenham uma relação de aproximação concernentes aos fatos de uma vida, nunca serão iguais. Assim, era de se esperar que o conteúdo dessas narrativas fosse de capital importância para cativar o público leitor e o pesquisador. No entanto, para Arfuch (2010, p.73), não é o conteúdo o que mais importa, não é a veracidade do ocorrido, mas, sim, as estratégias de autorrepresentação, o caráter autorreflexivo que provocam, a forma de se construir a narrativa, “os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra; em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo ou de outro eu.” No caso das formas testemunhais, além da verdade atestada dos fatos, a autora defende que é necessário que o narrador crie estratégias que convençam o leitor sobre essa verdade e que esta esteja dentro da legalidade, para que não seja um falso testemunho, conforme elucida a citação a seguir.

[...] o testemunho requer, para além de uma linguagem, uma estrutura adequada para a sua realização — legal, institucional —, um outro disposto à escuta e à moderação,

e está sujeito não só a uma forte exigência de veracidade e fiabilidade, mas também de legalidade, uma vez que pode ser acusado de falso testemunho. (ARFUCH, 2013, p.91, tradução nossa).³

Quanto à função social dos gêneros, Arfuch (2010) retoma a teoria bakhtiniana sobre gêneros do discurso, concebidos como sistemas produzidos dentro de um processo que não escapa da historicidade, que implica uma *valorização* do mundo, para ressaltar a importância do *valor biográfico* e seu impacto no crescente volume de narrativas de vida e na (re) configuração da subjetividade contemporânea. Assim, Arfuch (2010, p. 69) cita alguns exemplos, tais como: “um valor heroico, transcendente, que alimenta desejos de glória, de posteridade; outro cotidiano, baseado no amor, na compreensão, na imediaticidade; e ainda é perceptível um terceiro, como ‘aceitação positiva do fabulismo da vida.’”

Conhecer a concepção de sujeito — correlativamente de identidade —, que atravessa as narrativas de teor biográfico, é fundamental para compreendermos também como se constroem as subjetividades. Para Arfuch, a concepção de sujeito deve considerar o exposto na citação a seguir.

Um sujeito não essencial, constitutivamente incompleto e, portanto, aberto a identificações múltiplas, em tensão com o outro, o diferente, através de posicionamentos contingentes que é chamado a ser. Nesse ‘ser chamado’, operam o desejo e as determinações do social; esse sujeito é, no entanto, suscetível de autocriação. Nessa ótica, a dimensão simbólico-narrativa aparece como constituinte: mais do que um simples devir dos relatos, uma necessidade de subjetivação e identificação, uma busca consequente daquilo-outro que permita articular, ainda que temporariamente, uma imagem de autorreconhecimento. (ARFUCH, 2010, p.80).

A construção da imagem de Domitila sob a ótica da escrita do testemunho pela biógrafa Moema Viezzer

O primeiro aspecto da obra que queremos discutir envolve o procedimento de mediação da biógrafa Moema Viezzer, ao retextualizar o testemunho gravado de Domitila para a língua escrita, em forma de uma obra de ficção. Interessa-nos as estratégias que foram utilizadas na construção pela autora. É comum que esse procedimento de mediação gere muita controvérsia sobre a autoria, por dois possíveis motivos. O primeiro deles, conforme mencionado por Leonor

³[...] el testimonio requiere, además de un lenguaje, un marco apropiado para su efectución — jurídico, institucional —, un otro dispuesto a la escucha y a la contención, y está sujeto no sólo a una fuerte exigencia de veracidad y fiabilidad sino también de legalidad, por cuanto se puede ser acusado de falso testimonio. (ARFUCH, 2013, p.91).

Arfuch, faz parte do estatuto do gênero, que reivindica uma filiação com a verdade. Isso, por suposto, exige provas concretas sobre os acontecimentos. Assim, quando o biografado (ou o biógrafo) não as apresenta no testemunho, pode cair no descrédito.

O segundo é o prestígio que a língua escrita ainda mantém, comparada à língua oral, principalmente quando a pessoa que escreve o testemunho é mais letrada que o depoente, pois tende-se a pensar que o sucesso da publicação se deveria muito mais ao *ethos* do biógrafo, a imagem de uma pessoa merecedora de fé, que o *ethos* da pessoa biografada. Ao discutir o papel da universidade como produtora e difusora do conhecimento, Santos (2019), por exemplo, tem debatido exatamente o fato de que essa instituição ainda sobrepõe o saber científico em detrimento de outras formas de conhecimento, o que implica a marginalização de outros saberes e reforça o que o autor denomina de injustiça cognitiva.

Para essa discussão, considerando somente as partes que queremos analisar, faremos o cotejo entre o formato da 1ª edição, de 1978, que naturalmente se manteve igual nas demais edições até o da 15ª, publicada em 2003, que foi revisada e ampliada. A 1ª edição apresenta, como porta de entrada, a biografia da autora Moema Viezzer, em sequência, um prefácio escrito por ela, um depoimento de Domitila, e a narrativa dividida em três partes, com os respectivos títulos: *Seu Povo, Sua Vida, 1976*. À nova edição, revisada e ampliada, foram acrescentados mais um prefácio, escrito pela biógrafa, a quarta parte, intitulada: *Onde está Domitila?* e fotos que registram os acontecimentos e os lugares narrados por Domitila. Esses registros estão presentes tanto na exposição da biógrafa Viezzer no prefácio quanto nas partes em que são narrados os testemunhos de Domitila. E a biografia da autora, que encabeçava o livro na primeira edição, passa a figurar na última página, fazendo o fechamento do livro.

No prefácio à primeira edição, Viezzer (1983) faz uma apresentação bastante sucinta sobre o projeto do livro e sobre Domitila. Explica que a ideia de colher o depoimento surgiu da presença de Domitila na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, realizada pelas Nações Unidas, no México, em 1975. Expõe que Domitila é esposa de um trabalhador mineiro, mãe de sete filhos, que estava na Tribuna representando o *Comitê das Donas de Casa da Siglo XX*, e que, pelos seus anos de luta e reconhecimento da autenticidade de seu compromisso com as questões da Bolívia, fora convidada pelas Nações Unidas.

Nesse prefácio, Viezzer (1983, p.7) apresenta Domitila e um pouco de sua trajetória como defensora dos direitos dos trabalhadores na Bolívia, como vemos na citação a seguir.

Sendo a única mulher da classe trabalhadora que participou ativamente na Tribuna representando a Bolívia, suas intervenções produziram um profundo impacto entre os presentes. Isso se deu, em grande medida, porque ‘Domitila viveu o que as outras falaram’, segundo o comentário de uma jornalista sueca. Este relato, que Domitila considera a "culminação" de seu trabalho na Tribuna, é o grito de um povo que sofre porque é explorado. Ademais, revela como a liberação da mulher está fundamentalmente ligada à liberação socioeconômica, política e cultural do povo e que sua participação no processo se situa nesse nível.

Todavia, a impressão que o primeiro prefácio nos passa, elucidada na citação acima, é de haver um certo distanciamento entre a biógrafa e a narrativa autobiográfica que está produzindo. Tal distanciamento não é muito comum em biografias, pois a maneira como é apresentada uma pessoa biografada, em um prefácio feito pelo autor, pode favorecer a construção inicial de uma imagem mais fiel à identidade da pessoa biografada para o interlocutor e também exaltar seu heroísmo diante de alguma situação merecedora de ser registrada ou construída. Porém, podemos observar que a biógrafa recorre à voz do outro — ao comentário de uma jornalista sueca —, para ressaltar o impacto das ações de Domitila, e, logo depois, faz menção à liberação da mulher condicionada à conjuntura socioeconômica, política e cultural de um povo de maneira bastante genérica, pois reproduz um pensamento já consolidado nos campos da sociologia e das ciências humanas.

Além disso, há poucas informações sobre como se deram as gravações do testemunho de Domitila e sobre a construção do livro. Também não se percebe uma relação mais próxima de convivência entre a biógrafa e a biografada, um aspecto muito importante para se passar mais credibilidade sobre a veracidade dos acontecimentos. É bem provável que o leitor tenderia a acreditar no testemunho de Domitila, antes mesmo de lê-lo, pois confiaria na proposição de verdade na voz da autora do livro. Como propõe Lejeune (2008, p.23), a presença do autor tende a atribuir “a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito.” Soma-se a isso o fato de que a autora é uma reconhecida pesquisadora engajada em projetos de antropologia e também se interessa pela situação da mulher latino-americana. Tudo isso a torna uma pessoa merecedora de fé.

Diferentemente, a edição revisada e ampliada procura construir a representatividade de Domitila como uma mulher emancipada e como uma representante de seu povo, antes mesmo de dar voz a Domitila por meio da exposição autobiográfica. Vinte e cinco anos depois da primeira publicação, em 2002, Moema Viezzer retornou à Bolívia para entrevistar Domitila. Segundo Viezzer (2003, p. 15), diante de toda a projeção do livro e do reconhecimento de Domitila como “incansável promotora dos Direitos Humanos na História imediata da Bolívia e

Gláuks: Revista de Letras e Artes-jan./abr., 2024-ISSN: 2318-7131-Vol.24, nº 1

uma das mulheres da classe trabalhadora no mundo mais conhecidas”, surgiu-lhe o desejo de complementar a primeira edição e reeditá-la como um clássico latino-americano.

Diante dessa decisão, a autora passou vários dias na residência de Domitila em Cochabamba e é a partir dessa convivência, “do intercâmbio de informações e de sentimentos”, como afirma Viezzer (2003, p.15), que traça um novo projeto de representação de Domitila. Moema Viezzer passa a ter acesso a uma abundante documentação guardada por Domitila, como fotografias, documentos em vídeo, fitas cassetes, menções honrosas, livros, artigos de jornais e revistas em espanhol, inglês, francês, alemão e sueco, recolhidos nos países por onde Domitila esteve.

Assim, esse arquivo passa a ser forte aliado à legitimação do testemunho de Domitila, principalmente as fotos, como exemplos expostos a seguir, visto que elas comprovam sua participação em diversos eventos internacionais. Suas intervenções, fundadas na vivência, expuseram a situação de exploração e de opressão de homens e mulheres nos centros mineiros, e abriram espaço para um fervoroso debate em torno de “‘o que une as mulheres pelo fato de serem mulheres’ e ou ‘o que separam as mulheres por sua condição social.’”

Figura 1 – Domitila no IV Congresso Mundial de Igrejas (Canadá, 1983).



Fonte: Viezzer (2003, p. 24).

Figura 2 – Domitila no Brasil (1983).



Fonte: Viezzer (2003, p. 27).

A forma como organiza a macroestrutura do novo prefácio também serve para defendermos a ideia de que há outro traçado na construção da imagem de Domitila. Primeiramente, a biógrafa narra sobre a publicação da primeira versão do livro, a repercussão positiva dele, os dois momentos em que esteve com Domitila, procurando evidenciar os dois diferentes contextos históricos da Bolívia, e as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora.

Em 1975, segundo Viezzer (2003, p.17), a Bolívia era conhecida como “a Dama do Estanho”. As minas estavam situadas principalmente na região do altiplano, onde se encontrava Siglo XX — principal cenário das lutas dos trabalhadores —, o acampamento mineiro onde vivia Domitila com seu marido e seus filhos. A classe trabalhadora boliviana “era conhecida nacional e internacionalmente, por sua força, coesão, e impacto social e político, tendo na Federação Nacional de Mineiros o pivô da Central Obrera Boliviana.”.

Em 2002, Viezzer (2003) salienta a expansão da Bolívia, em especial na Região Amazônica dos Departamentos de Beni e de Santa Cruz. Nesse período, o domínio de novas riquezas substituem o monopólio do estanho, como o gás e o petróleo, e ocorre maior cultivo da coca, aumento da produção de soja, intenso comércio da madeira nas florestas tropicais e a privatização das maiores empresas estatais. Todos esses fatores, juntamente com a implantação do modelo econômico neoliberal, que desnacionalizou várias empresas estatais, como a Comibol, trouxeram consequências nefastas aos trabalhadores mineiros. Foram retirados das minas e ‘relocalizados’ (termo usado na época), passando a trabalhar, por exemplo, nas plantações de coca, de soja, ou ficaram desempregados.

Na sequência, a biógrafa apresenta-nos Domitila, e constrói sua imagem a partir da subdivisão em três tomos. No primeiro, intitula: *Domitila Pessoa*; no segundo: *Domitila Testemunho*, no terceiro: *Porque escrevi o que Domitila falou*. Ao apresentar *Domitila Pessoa*,

evidencia-se um discurso de exaltação aos feitos de Domitila, destacando-a como uma mulher desafiadora na participação política de sua geração, situação rara para as mulheres, àquela época, em comparação a outras mulheres dos setores sociais populares, que, em 2003, já participavam de forma mais corriqueira em eventos internacionais, conforme o exposto na citação a seguir.

Hoje, a participação de mulheres dos setores populares em eventos internacionais soa como algo normal. Do nível local ao planetário, as organizações de mulheres de grupos e níveis sociais diversos são muito numerosas e cada vez mais significativas. Mas em 1975 não era assim. A participação de mulheres da classe trabalhadora e dos setores populares nos níveis mais altos das organizações e em eventos internacionais na época era um acontecimento insólito, principalmente nos países latino-americanos, onde as organizações sociais e políticas eram proibidas pelas ditaduras militares, e a maioria das mulheres que participava na clandestinidade fazia bem pouco, além de servir aos homens que comandavam essas organizações. (VIEZZER, 2003, p.18-19).

A biógrafa apresenta-nos também uma lista extensa dos eventos internacionais, com suas respectivas datas e locais de ocorrência, de forma a atestar não só a veracidade dos acontecimentos, mas também o valor e a acolhida do testemunho de Domitila.

No segundo tomo *Domitila Testemunho*, a biógrafa detalha todo o processo das gravações dos testemunhos de Domitila, que resultaram na construção do livro, e expõe como se deu essa construção. Em várias passagens, a biógrafa faz questão de mostrar que houve participação efetiva de Domitila em todas as decisões relativas à produção e à revisão do texto escrito — para verificação da fidelidade ao testemunho —, e na discussão sobre a partilha dos direitos autorais. A citação a seguir mostra explicitamente a intenção da biógrafa de garantir a veracidade do testemunho.

A revisão conjunta do manuscrito no esconderijo de Siglo XX foi fundamental pois, de acordo com a metodologia adotada, era importante verificar se Domitila reconhecia-se no testemunho tal como estava escrito após a transcrição das fitas e a montagem de quase mil laudas que foram organizadas e reduzidas a 250, por orientação do editor que procurava atender ao nosso pedido de publicar um livro com possibilidade de ampla divulgação. (VIEZZER, 2003, p.18-19).

No terceiro tomo *Porque escrevi o que Domitila falou*, a biógrafa justifica sua motivação para dar voz ao testemunho de Domitila de forma escrita. Ela afirma que foram vários os aspectos que a motivaram. Entre eles,

[...] a qualidade das informações que ela passava sobre a vida do povo e a mensagem de esperança que transmitia quando analisava a realidade. [...] a forma como o fazia, intercalando sempre exemplos que ilustravam o que ela dizia e não davam margem a dúvidas sobre seu engajamento em relação ao que falava e o que ela queria transmitir. *Domitila Pessoa* e *Domitila Testemunho* apareciam indiscutivelmente interconectados. (VIEZZER, 2003, p. 37).

Como podemos observar, a citação acima apresenta marca-traços linguísticos que ressaltam a intenção de convencer o interlocutor sobre a verdade incontestável do testemunho de Domitila, em: “[...] não davam margem a dúvidas[...]” e em: “[...] apareciam **indiscutivelmente** interconectados.” (VIEZZER, 2003, p. 37, grifo nosso), bem como de mostrar a imagem de uma mulher que era um símbolo de esperança para a mudança do quadro de desesperança em que se encontrava a Bolívia. E, por último, ressaltamos o fato de a biografia da autora ser apresentada na última página do livro. Esse deslocamento nos sugere que a biógrafa quer sair um pouco de cena, dar menos visibilidade a sua imagem como pessoa e como autora do livro, para ceder espaço a Domitila, a seu testemunho e a outras vozes, que, de forma intertextual, ou interdiscursivamente, se fazem presentes.

Domitila Barrios: a construção de sua representatividade como mulher e como representante de seu povo na Bolívia sob a ótica de seu testemunho escrito

Para a análise desse tópico, utilizaremos a teoria dos atos de fala, ancorada no conceito *performativo* abordado inicialmente por Austin (1976), o qual defende a ideia de que, em toda enunciação, o falante está comprometido com algum tipo de ato *illocutório*, para verificarmos, como propõe Arfuch (2010), as estratégias de autorrepresentação, a qualidade autorreflexiva de Domitila e a forma como ela constrói sua narrativa.

Por meio dos atos de fala, nós expressamos conscientemente uma determinada significação, visto que em nossos dizeres transmitimos informações e usamos a língua/linguagem para agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante. Assim, os atos de fala têm propósitos pragmáticos, pois essa ação semântica é produzida com diversas intenções, como criticar uma situação, censurar atitudes e pessoas, levar o interlocutor, por exemplo, a dar crédito àquilo que lhe é professado, usando na linguagem os recursos que a própria língua permite fazê-lo.

Trata-se de atos enunciativos de base, que correspondem a uma tomada de posição particular do locutor em relação ao seu ato de locução. De forma sintética, faremos a

denominação desses atos, seguindo a teoria de Austin (1976). Nos atos *alocutivos* (o locutor implica o interlocutor no seu ato de enunciação); *elocutivos* (o locutor situa o seu dito em relação a ele mesmo, revelando sua própria posição) e *delocutivos* (tanto o locutor quanto o interlocutor parecem ausentes do ato de enunciação), o locutor não assume a responsabilidade de seus dizeres, porque os discursos serão de responsabilidade de um terceiro. Normalmente registram conhecimentos de mundo, verdades instituídas por meio do *logos* (ciência) ou da *doxa* (senso comum).

Ao tomarmos como referência de análise o testemunho de Domitila, é possível constatar a forte presença dos atos enunciativos, com ênfase aos *alocutivos* e aos *elocutivos*, os quais demarcam sua posição em relação a seus atos de locução e suas intenções representativas no cenário sociopolítico a que se insere.

Nas passagens em que se evidenciam os atos *alocutivos*, percebemos uma estratégia recorrente de Domitila de simular um diálogo direto com seu interlocutor; reivindicando, com isso, um pacto da anuência dele sobre o que fala, critica ou denuncia. Ela se utiliza de pronomes de tratamento, como *você*, numa linguagem mais formal, e outras formas linguísticas menos formais. Na citação a seguir, ela simula um diálogo com seu interlocutor, tratando-o por *você*, para falar do alívio que sentiu quando reencontrou seus filhos, depois de um tempo distante deles. Pensara que não mais os veria.

Imagine só, que alívio! Que alívio! ... Pensar que não os havia perdido, que eles estavam ali... Comecei a chorar de alegria, a saltar e abraçá-los. **Você** pode imaginar este momento? É uma coisa grande! ... Era como se tivesse ressuscitado... Era uma coisa tão linda naquele momento, não existia nada mais que meus filhos, gritar e beijá-los e apertá-los e senti-los junto de mim... vivos. Era uma coisa, che... Não havia palavras. (VIEZZER, 2003, p. 161, grifo nosso).

Merece também destaque o emprego de 128 palavras ou expressões fáticas nesses atos delocutivos, recorrentes em todo o depoimento de Domitila, sempre no final de seus posicionamentos, de suas avaliações críticas sobre a condição ou sobre o comportamento da mulher, sobre a luta dos trabalhadores nas minas, no campo, sobre os sistemas políticos vigentes. Elas variam entre as mais usadas pelos falantes, tais como: não é? (com a recorrência de 88 casos); não é mesmo? (com a recorrência de 19 casos), não é verdade? (com a recorrência de 6 casos), e outras menos usuais, tais como: não é certo? (com a recorrência de 2 casos); não? (com a recorrência de 4 casos); sabe? (com a recorrência de 2 casos); viu? (com a recorrência

de 2 casos); entende (1 caso); certo? (1 caso); você vê como é? (1 caso); não foi? (1 caso); che (1 caso).

O uso reiterado dessas palavras ou expressões, de forte traço de oralidade, revela-nos um sujeito, como afirma Arfuch (2010), incompleto, que busca se articular com o outro e, por intermédio dele, construir uma imagem de autorreconhecimento. Para não ficar exaustivo, utilizamos, a seguir, somente uma citação da obra para elucidar nosso posicionamento.

[...] por isso é necessário ter bem clara a ideia de nossa situação e deixar para sempre a ideia burguesa de que a mulher deve ficar no lar e não se meter em outras coisas, como, por exemplo, em assuntos sindicais e políticos. Ainda que ela esteja somente na casa, de todos os modos ela está metida em todo o sistema de exploração em que seu companheiro vive, seja na mina ou na fábrica, ou onde quer que seja. **Não é certo?** (VIEZZER, 2003, p. 68, grifo nosso).

É importante ainda observarmos que Domitila incorpora em seus dizeres uma rede de interdiscursos que estão presentes na sociedade, nos imaginários das pessoas, como, por exemplo, sobre a mulher e seus diversos papéis sociais, sobre os sistemas de governo socialista e neoliberal. Na citação acima, por exemplo, Domitila constrói seus argumentos com fundamento em um pensamento já universalizado sobre as questões de gênero, envolvendo um pré-discurso sobre a exploração pela qual passa a mulher historicamente.

É recorrente a estratégia de ela trazer para seus testemunhos esses discursos já cristalizados, porém adaptados ao contexto sociopolítico que lhe interessa discutir e sob sua forma especialíssima de ver e sentir os problemas. Portanto, a política identitária a que visa espelha-se na imagem de uma mulher forte, que não se curva diante das dificuldades e segue suas próprias convicções. Como afirma Viezzer (2003, p.12): “A escola onde Domitila se forjou é a vida do povo.”

Os atos *elocutivos*, também muito evidenciados, em verdade, já esperados em textos de teor biográfico, permitem-nos ver as posições, as avaliações e as emoções de Domitila. É importante observar que é uma estratégia discursiva que, normalmente, tem por efeito modalizar o enunciado que se encontra no implícito do discurso. Nesse ato, o interlocutor não é implicado. O locutor deixa aflorar sua subjetividade, que se evidencia principalmente por meio do uso do pronome pessoal de 1ª pessoa do singular *eu* e de pronomes possessivos de 1ª pessoa, como *meu* e *minha*, para falar sobre si.

Nesses atos, Domitila narra sua trajetória como mulher indígena, de origem muito pobre, esposa de mineiro, mãe de muitos filhos e expõe seus posicionamentos em face dos

Gláuks: Revista de Letras e Artes-jan./abr., 2024-ISSN: 2318-7131-Vol.24, nº 1

problemas que envolviam os conflitos familiares e as questões de seu povo. Embora sejam relatadas várias situações de sua vida pessoal, o que mais lhe importa é construir sua representatividade como uma mulher que rompe com a condição de subalternidade no lar, na sociedade e como militante na causa dos trabalhadores na Bolívia, conforme expõe a seguir.

É por isso que não quero tão só relatar uma história pessoal. Quero falar do meu povo. Quero deixar um depoimento de toda a experiência adquirida através de tantos anos de luta na Bolívia, e aportar um grãozinho de areia com a esperança de que nossa experiência sirva de alguma forma para a nova geração, para a gente nova. Quero dizer também que considero este livro como a culminação de meu trabalho na Tribuna do Ano Internacional da Mulher. Tivemos poucos momentos para falar e comunicar o muito desejado. E tenho oportunidade de fazê-lo agora. (VIEZZER, 2003, p. 45-46).

Outra estratégia muito recorrente no depoimento de Domitila, que também revela importante traço de sua subjetividade, é se representar por meio do uso do pronome pessoal da 1ª pessoa do plural *nós*, do pronome possessivo de 1ª pessoa do plural *nosso* e suas variações, ou, ainda, da locução *a gente*. Esses termos remetem a diferentes sujeitos com os quais Domitila se identifica. Sem intenção de esgotar os casos, comentamos sete situações, juntamente com citações exemplificativas retiradas do livro.

O pronome *nós* remete aos trabalhadores da mina, grupo em que ela se inclui, por ser esposa de um mineiro. É importante ressaltar que Domitila não trabalhou nas minas, era vendedora de salteñas (um tipo de empanada típica boliviana), entretanto ela retrata forte sentimento de pertença como mulher mineira, conforme vemos nesta citação: “Aqui nas minas, somos bastante controlados pelos companheiros e se o que **nós** fazemos não os convence, desde o operário mais humilde, nos chamam a atenção e nos criticam.” (VIEZZER, 2003, p.71, grifo nosso)

O pronome *nós* remete às mulheres de modo geral e à forma como são educadas, como podemos observar na citação a seguir.

Nós, as mulheres, desde o berço fomos criadas com a ideia de que a mulher é feita somente para a cozinha e para cuidar das crianças, que ela é incapaz de desempenhar tarefas importantes e que não se deve permitir-lhe meter-se na política. Mas a necessidade nos fez mudar de vida. (VIEZZER, 2003, grifo nosso, p.73).

Porém, ao afirmar nesse texto “a necessidade nos fez mudar”, de forma implícita, Domitila ancora seu discurso em suas próprias ações, em sua militância no *Comitê de Donas*

de Casa do Siglo XX, e se representa como uma porta-voz dos ideais libertários da condição de subserviência da mulher.

O pronome *nós* também é usado para representar as mulheres que atuam no Comitê das Donas de Casa em contraponto às mulheres feministas. Domitila sobrepõe a luta pelos direitos da classe trabalhadora às questões relativas ao gênero, conforme exemplifica a citação a seguir.

Nossa posição não é uma posição como a das feministas. Nossa liberação consiste, primeiro, na liberação de nosso país do jugo do imperialismo e que um operário como **nós** esteja no poder; e que as leis, a educação, tudo seja controlado por ele. Então, depois, teremos mais condições para chegar a uma liberação completa, também em **nossa** condição de mulher. (VIEZZER, 2003, p. 74, grifo nosso).

O pronome *nós* é usado para remeter ao povo boliviano de modo geral, contudo, ao fazer sua inclusão por meio do pronome, Domitila expressa forte posição identitária com suas origens, como ilustra a citação a seguir.

Quando Allende foi derrotado, protestamos pelo sofrimento do povo chileno. E veja: **nós** temos este problema da saída para o mar, que os chilenos nos tiraram. Mas, **nós** não temos este rancor contra o povo chileno, como tentam fazer parecer os governantes. Porque isto também foi produto do sistema de opressão em que vivemos. (VIEZZER, 2003, p. 75, grifo nosso).

O pronome *nós* é usado para remeter ao caráter dos moradores do altiplano. Novamente, há outro exemplo de uma política identitária como moradora do altiplano, conforme ilustra esta citação: “Sabiam que **nós**, os do altiplano, não trabalhávamos como eles no campo. E se admiravam de que eu sendo mulher trabalhasse tanto.”. (VIEZZER, 2003, p. 184, grifo nosso).

O pronome *nós* é usado para remeter à sua vivência no seio da família, ou no Siglo XX. Entretanto, o efeito de sentido que o uso do pronome traz é o de um certo nivelamento, para sugerir que o que ocorre dentro desses espaços não é muito diferente de outros na Bolívia, ou em qualquer outro país que estivesse sob o julgo de sistemas imperialistas. Domitila comenta que, em sua casa, andava descalça e que o frio era tão intenso em Pulacayo que lhe arrebentavam as mãos, e saía muito sangue das mãos e dos pés. Era uma vida muito sacrificada, como podemos constatar nesta citação: “A boca, igual; os lábios ficavam rachados. Do rosto também saía sangue. **Nós** não tínhamos agasalhos suficientes para o inverno.”. (VIEZZER, 2003, p. 84-85, grifo nosso).

Por último, o pronome *nós* é usado para remeter à classe trabalhadora. Em vários momentos da narrativa, Domitila conclama os membros da classe trabalhadora para manterem o espírito de luta, conforme exemplifica esta citação: “Ele se forma doutor, advogado; consegue emprego e desaparece o revolucionário. **Nós** temos que tomar cuidado para que isso não aconteça, temos que ser consequentes com nossa classe, temos que ser consistentes, não é mesmo?”. (VIEZZER, 2003, p. 89, grifo nosso).

Quanto aos atos *delocutivos*, o locutor não assume a responsabilidade do seu dito, portanto não há marcas linguísticas que demarquem a presença do locutor, seja para interpelar o outro, seja para falar de si. Esse apagamento do sujeito no ato de enunciação pode ter variadas dimensões *simbólico-narrativas* (termo usado por Arfuch), que devem ser analisadas em conformidade com o contexto em que se apresentam. É comum o uso do ato *delocutivo* para dar objetividade sobre aquilo que se narra, consoante o exemplo a seguir.

A mina não para. Trabalha dia e noite. E para isto dividiram os trabalhadores em três turnos. [...] Quando o trabalhador está no primeiro turno, as mulheres têm que levantar às quatro da manhã para preparar o desjejum ao companheiro. Às três da tarde ele chega da mina e até esta hora não comeu nada. Porque não tem como levar comida dentro da mina. (VIEZZER, 2003, p. 58).

Observamos que há, nessa citação, uma aparente imparcialidade com o uso da terceira pessoa, traço constitutivo do ato *delocutivo*. Contudo, considerando o gênero em questão — de estatuto ficcional, por se inserir no campo da arte —, tal recurso linguístico pode marcar fortemente um efeito de realidade a que pode visar um testemunho.

Considerações finais

A obra em questão é um relato autobiográfico que narra as experiências vividas por Domitila Barrios, sobretudo no que diz respeito à opressão sofrida pelos mineiros e suas famílias, a pobreza extrema e as condições insalubres de trabalho, além de relatar o seu envolvimento com as lutas sindicais.

Domitila começou a se envolver em atividades sindicais e políticas já na juventude, por acreditar que suas ações poderiam ajudar a traçar uma vida melhor para seu povo. Embora tenha nascido num contexto extremamente machista, segundo seu relato, seu pai educara as cinco filhas fazendo-as acreditar que todas as mulheres têm os mesmos direitos dos homens e que são úteis à sociedade. É essa convicção que a faz recusar dos militares a oferta de trabalho e de

melhor salário a seu esposo, bolsas de estudo para ela e para seus filhos, como uma forma de silenciar sua voz e impedir suas ações.

Assim, Domitila deixa como legado uma voz poderosa e pessoal na descrição da luta da classe trabalhadora na Bolívia e promove visibilidade internacional das injustiças enfrentadas por essa população. Sua contribuição vai além de uma simples narrativa pessoal, pois é também uma peça importante do quebra-cabeça histórico da Bolívia e um documento essencial para entendermos as tensões social e política na América Latina durante o século XX.

Referências bibliográficas

ALBERCA, Manuel. *Maestras de vida. Biografías y bioficciones*. Málaga: Pálido Fuego, 2021. (p. 293-309.)

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

AUSTIN, John. L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MORÃNA, Mabel. *La Literatura y el ángel de la historia*. In: *Crítica impura. Estudios de literatura y cultura latino-americanos*. Madrid-Frankfurt: Iberoamericana, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VIEZZER, Moema. “*Se me deixam falar...*”: depoimento de uma mineira boliviana. Tradução de Edmilson Bizelli. 8. ed. São Paulo: Global, 1981.

VIEZZER, Moema. “*Se me deixam falar...*”: testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois. Tradução de Edmilson Bizelli, Beatriz Cannabrava. 15. ed. São Paulo: Global, 2003.

LA REPRESENTATIVIDAD DEL SUJETO EN EL LIBRO: “SE ME DEIXAM FALAR...”: TESTEMUNHO DE DOMITILA BARRIOS DE CHUNGARA, UMA MULHER DA BOLÍVIA – 25 ANOS DEPOIS

RESUMEN: En este artículo, analizamos como Domitila de Barrios es presentada en el libro "*Se me deixam falar...*": *testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois*, escrito por Moema Viezzer, a partir del testimonio oral de Domitila. Basado en el concepto de configuración del *espacio autobiográfico* de Philippe Lejeune y en el concepto de *espacio biográfico* contemporáneo de Leonor Arfuch, intentamos analizar dos situaciones: (i) la forma en que el biógrafo construye la imagen de Domitila, (ii) como Domitila construye su representatividad como mujer y como representante de su pueblo en Bolivia. Al mismo tiempo, (iii) intentamos identificar elementos argumentativos que pueden corroborar la proposición de que la Literatura Testimonial presenta como estatuto una política identitaria, razón por la cual puede ser considerado un vehículo de capital importancia en la denuncia de las arbitrariedades de los sistemas coercitivos en América Latina en las décadas de 1970 y 1980, que causaron mucho sufrimiento a la clase trabajadora. El análisis permitió mostrar que es a partir de la edición revisada y ampliada que el biógrafo construye una imagen de Domitila que legitima su testimonio, y que Domitila construye efectivamente su representatividad, una trayectoria digna de ser reconocida como un ejemplo a seguir.

PALABRAS CLAVE: Representatividad del sujeto, análisis del discurso, literatura testimonial, campo biográfico contemporáneo